

Políticas públicas de apoio à agricultura e aos circuitos curtos de comercialização na região Midi-Pyrénées (França) e o Projeto de Microbacias II, no estado de São Paulo (Brasil)¹

Public Policies in Support of Agriculture and Short Commercial Circuits in the Regions of Midi-Pyrénées (France) and the Microbacias II Project, São Paulo state (Brazil)

Vania Cristina dos Santos Pedro

Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente, SP - Brasil
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
vaninha.vcp@gmail.com

doi:10.18472/ReGIS.v2n2.2016.22035

Recebido em 13.09.2016

Aceito em 11.11.2016

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

O objetivo principal do artigo é apresentar os resultados obtidos a partir de estágio de pesquisa realizado no Sul da França. Na pesquisa do Brasil estudamos o Projeto de Microbacias II, nos municípios de Pratânia e Pardinho, localizados no estado de São Paulo. A partir da experiência francesa, pretendemos indicar algumas proposições de novos canais de comercialização como os circuitos curtos de proximidade, por considerar essas formas de troca mais adequadas da agricultura familiar. Tomamos como referência empírica a área rural do Departamento *Haute-Garonne* na região dos Médios-Pirineus. Espera-se com o estágio aprofundar o conhecimento acerca dos conceitos correlatos à pesquisa regular quais sejam: agriculturas de pequena escala e os circuitos produtivos a partir da literatura francesa. Reconhecendo a importância das ações desenvolvidas pelo PAC para a compreensão do espaço rural francês faremos consulta a documentos e sites oficiais com objetivo de apreender suas concepções, funcionamento e objetivos. Para atingir os objetivos

¹ Artigo publicado na XIII Jornadas Nacionales y V Internacionales de Investigación y Debate "Sujetos Sociales y Territorios Agrarios Latinoamericanos". Siglos XX y XXI, cidade de Buenos Aires, Argentina, entre os dias 27 e 29 de julho de 2016.



propostos estabelecemos como procedimentos metodológicos, além da revisão da literatura, coleta de dados de fontes secundárias e realização de entrevistas com representantes da Câmara de Agricultura e pequenos produtores rurais que participam da plataforma *Drive Fermier-toulouseain*.

Palavras-chave: Microbacias II. Circuitos curtos de comercialização. Política Agrícola Comum. *Drive Fermier-toulouseain*.

ABSTRACT

The main purpose of the article is to present the results obtained from the research stage held in southern France. To present the results obtained from the research stage carried in the South of France. Brazil's research studied the Project catchments II, in the cities of Pratânia and Pardinho, located in the State of São Paulo. From the French experience, we want to indicate some propositions of new channels of marketing as the short circuits of proximity, by to consider these forms of exchange most appropriate agriculture family. We take as reference empirical the rural area of Departament Haute-Garonne in the region of Midi-Pyrénées. It is expected whit the stage to deepen the knowledge about the concepts related to regular search: small-scale agriculture and production circuits from the French literature. Recognizing the importance of the actions developed for CAP (Common Agricultural Policy) for understanding the French countryside we will make the query documents and official websites in order to size their conceptions, functioning and objectives. For to achieve the proposed objectives established as methodological procedures, in addition to the literature review, data collection of secondary sources and conducting interviews with the representatives of the Chamber of Agriculture, small farmers that participate in platform Drive Fermier-toulouseain.

Keywords: Project catchments II, short circuit of marketing, Common Agricultural Policy, *Drive Fermier-toulouseain*.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como finalidade apresentar os resultados de pesquisa obtidos a partir do estágio de pesquisa realizado no sul da França (em Toulouse) entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Na pesquisa do Brasil estudamos duas associações de produtores rurais nos municípios de Pratânia e Pardinho (localizados no estado de São Paulo): a Associação Rural Giocondo Bassetto (ARGB) e a Associação de Produtores Rurais de Pardinho (Aprupar). Parte dos produtores das associações trabalham com a cadeia produtiva do café e foram beneficiados pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, uma política pública cujo objetivo é inserir e tornar o agricultor familiar mais competitivo nas cadeias produtivas em que atuam. A partir de entrevistas realizadas com técnicos executores do Microbacias



Il nos respectivos municípios, verificamos que o programa é bastante seletivo, na medida em que beneficia as associações que já se encontram bem engajadas econômica e socialmente, além de caminhar na contramão da agricultura familiar, ao incentivar a especialização em um único produto (no caso o café). No mesmo sentido, pode fomentar a divisão dentro da associação, visto que não são todos os associados que participam do plano de negócio, a exemplo das associações que serão estudadas neste projeto. Durante o estágio na França, foi possível conhecer pequenos agricultores, ler sobre os circuitos curtos de comercialização e conhecer na prática o *Drive-fermier Toulousain* (que se constitui em uma loja virtual de venda de produtos agrícolas) e a forma de funcionamento dos órgãos que prestam serviço a esses sujeitos, especialmente a *Chambre d'Agriculture* (Casa da Agricultura).

A partir da experiência francesa pretendemos indicar algumas proposições, com base na combinação dos investimentos efetuados por intermédio do Projeto de Microbacias II e a valorização dos circuitos curtos, de modo a não excluir os pequenos produtores das cadeias produtivas, mas sim criar novos canais de comercialização e simultaneamente promover a valorização dos produtos locais.

Com base nas entrevistas feitas com pequenos agricultores que participam da plataforma *Drive-fermier Toulousain*, verificamos que todos eles comercializam seus produtos (vinhos e cereais) nas cadeias produtivas, exportam para países, como Alemanha, Bélgica, Irlanda, Estados Unidos, China, e também nos mercados locais, lojas de produtores e, sobretudo, no *drive*, que segundo eles se constitui em uma boa alternativa, uma vez que elimina o intermediário. A pesquisa teve como objetivos:

- a) Analisar o formato (concepção, estrutura e objetivos) da Política Agrícola Comum (PAC) no território francês e seus rebatimentos para os pequenos produtores rurais;
- b) Compreender a organização e o funcionamento dos pequenos produtores rurais no Brasil e na França, sua integração nas cadeias produtivas, nos circuitos curtos de comercialização, tomando como referência o Departamento de *Haute-Garonne*;
- c) Analisar a realidade dos agricultores que participam da plataforma de comercialização *Drive-fermier Toulousain*, destino da produção, le niveau d'éducation, etc.

Para atingir os objetivos propostos, utilizamos como procedimentos metodológicos: revisão da literatura sobre temas atinentes a PAC, aos circuitos curtos de comercialização e sobre o Projeto de Microbacias II.

Quanto aos dados de fonte secundária, consultamos os sites do *Ministère de l'Agriculture, de l'Agroalimentaire et de la Forêt, l'Agreste*, para caracterização da região de estudo, além de levantar os dados da PAC por região e departamento, e também as bases de dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE)*.



Na segunda etapa realizamos o trabalho de campo com o objetivo de conhecer as especificidades do departamento de *Haute-Garonne*; as formas de cultivo e comercialização dos produtos agropecuários; compreender na prática como se organizam os conselhos agrícolas e as câmaras de agricultura. Realizamos também entrevistas com o representante da *Chambre de l'agriculture* e com agricultores que participam da plataforma de comercialização *Drive-fermier Toulousain*.

2 GÊNESE E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE MICROBACIAS II NO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo de descentralização se iniciou nos anos 1990 no Brasil, quando foram transferidos recursos públicos e novas atribuições da esfera federal para os estados e municípios, havendo uma reorganização das políticas públicas que passaram a ser executadas com a participação direta dessas instâncias administrativas. Os Programas de Microbacias é um exemplo desse tipo de política pública, elaborada pelo governo estadual e executada pelas Casas da Agricultura em nível municipal.

Assim, foram elaborados e implementados o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (Microbacias I)², executado no período compreendido entre 2000 e 2008, e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II – Acesso ao Mercado), executado a partir de 2011. O período de execução estava inicialmente previsto para cinco anos (2011 a 2015), mas foi prorrogado até setembro de 2017 para dar continuidade às ações propostas e negociadas com o Banco Mundial.

As ações e recursos financeiros do projeto inicialmente previam beneficiar os municípios com maior concentração de agricultores familiares, considerando a alta suscetibilidade à erosão como indicativo de degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo. Entretanto, os últimos resultados mostram que foram beneficiadas as associações e cooperativas mais estruturadas/engajadas e capitalizadas, as quais muitas vezes não se enquadram nas normas socioeconômicas e ambientais preestabelecidas no projeto.

De acordo com Neves Neto (2013), o objetivo principal do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) é promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da geração de oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a manutenção dos recursos naturais e a satisfação da comunidade. Para atingir esse objetivo, o projeto pretendeu alavancar a competitividade da agricultura familiar ante o mercado por meio da sua maior inserção nas cadeias produtivas.

Para executar o projeto, o governo paulista firmou um Acordo de Empréstimo (7908-BR) com o Banco Mundial no valor de US\$ 78 milhões a serem investidos na implementação do Projeto de Microbacias II, no prazo estabelecido de cinco anos (2011 a 2015), sendo que o custo total do projeto é de US\$ 130 milhões, com a

² Políticas públicas de apoio à agricultura e aos circuitos curtos de comercialização na região Midi-Pyrénées (França) e o Projeto de Microbacias II, no Estado de São Paulo (Brasil)*



contrapartida do Estado de São Paulo no valor de US\$ 52 milhões (SÃO PAULO, 2012).

Receberam incentivos as associações e/ou cooperativas (do território paulista) que apresentaram propostas de negócio compreendendo no mínimo 15 produtores rurais dos respectivos grupos, dos quais mais de 50% deveriam ser agricultores familiares (SÃO PAULO, 2012).

A meta inicial do projeto era beneficiar diretamente 22.000 famílias de agricultores familiares integrantes de 300 organizações de produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. Todavia, os documentos disponibilizados pelo gerente regional do projeto em Campinas mostram que até a 5ª chamada pública foram beneficiados somente 6.838 produtores rurais, dos quais 6.400 são considerados agricultores familiares (conforme as diretrizes do projeto), envolvendo 93 diferentes cadeias produtivas em todo o estado (SÃO PAULO, 2016). O número de organizações envolvidas foi de 195, dados estes que se revelam bastante aquém das metas iniciais.

Os motivos dessa baixa participação podem ter sido, entre outros, a seletividade do Microbacias II, pois as exigências do programa fizeram com que fossem beneficiados principalmente produtores mais capitalizados. Além disso, o desinteresse das prefeituras em apoiar o projeto, a falta de compromisso dos funcionários da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), cuja missão é divulgar o programa e auxiliar as associações e cooperativas participantes, também dificultaram o acesso dos agricultores familiares com menor nível de organização e de capitalização. Outro fator limitante é o baixo número de técnicos da CATI para atender os produtores rurais nos municípios e, nesse aspecto, não há previsão de que venham a ser contratados novos funcionários.

A CATI pretende disseminar os mesmos serviços de extensão rural às associações e/ou cooperativas de produtores rurais contempladas pelo programa para as demais unidades produtivas no território paulista “promovendo ajustes no atual padrão produtivo e possibilitando mudanças estruturais de acordo com as oportunidades existentes nas comunidades trabalhadas” (SÃO PAULO, 2012, p. 4).

Não somente os agricultores familiares, mas também os médios e grandes poderão receber benefícios indiretos, desde que estejam organizados em associações ou cooperativas e participem dos empreendimentos comunitários.

De acordo com levantamento feito pela CATI, as cadeias produtivas existentes no território paulista com maior potencial para fortalecer a agricultura familiar são: a fruticultura, a pecuária leiteira, a olericultura, a cafeicultura, a heveicultura, além da pecuária de corte e cereais. Os integrantes da Associação de Produtores Rurais de Pardinho (Aprupar) e da Associação Rural Giocondo Basseto (ARGB) participam da cadeia produtiva do café e possuem planos de negócios apoiados pelo Programa de Microbacias II.



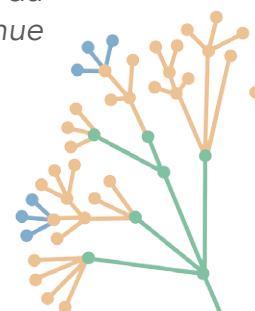
A proposta de negócio de Pratânia teve como finalidade a compra de uma colhedora de café automotriz e de máquinas e equipamentos para a instalação de uma sala de provas de café na sede da associação. O custo total do projeto foi de R\$ 604.000,00, dos quais a associação já recebeu o reembolso de R\$ 422.800,00 referentes a 70% de subsídio (conforme as normas do projeto), os 30% restantes foram pagos com recursos obtidos por meio de prêmio de certificação *Fairtrade*, que a associação conquistou. No ano de 2009, um grupo de 35 membros da ARGB fundou a Cooperativa Prata de Cafés Especiais (Cooperprata) para efetivar a comercialização dos cooperados no mercado *Fairtrade*. Em 2014 a Cooperprata conseguiu aprovar uma proposta de negócio para a construção de uma agroindústria. Trata-se da instalação de uma Unidade de Torrefação para o processamento do café por eles produzido, criação de uma marca comercial e uma identidade visual para esses produtos, de maneira que eles sejam apresentados ao mercado consumidor como produto correto do ponto de vista ambiental e social. No total serão investidos R\$ 606.201,23 dos quais R\$ 418.050,60 serão apoiados pelo Microbacias II. Espera-se com o empreendimento introduzir no mercado mais quatro produtos, com marca e identidade visual própria e apelo social, que são: café tradicional torrado e moído, café tradicional torrado em grãos, café *Fairtrade* torrado e moído e café *Fairtrade* torrado em grãos.

Em Pardinho, por meio da Aprupar, os agricultores familiares elaboraram uma proposta de negócio na primeira chamada pública para a aquisição de uma unidade de beneficiamento móvel de café (além de incentivos individuais), somando no total de R\$ 101.812,04, a contrapartida foi no valor de R\$ 71.268,43 (SÃO PAULO, 2013). Na terceira chamada, com o objetivo de mecanizar a colheita do café, os cafeicultores adquiriram uma colhedora de café e um trator. O custo total desse novo projeto foi de R\$ 227.126,50, com apoio de R\$ 158.988,55 pelo Microbacias II.

Tanto os planos de negócio da ARGB quanto da Aprupar visam agregar valor ao café, que é atualmente a segunda maior *commodity* mundial em valor de mercado, atrás apenas do petróleo como salienta Frederico (2013). Na prática, o fim dos Acordos Internacionais do Café (AICs) em 1989 e a extinção das agências estatais significaram a entrada da produção cafeeira no período de globalização.

O encolhimento das funções do Estado expôs os produtores à lógica da competitividade em escala global. Pode-se dizer que os Acordos Internacionais e as agências estatais do café serviam como um anteparo, protegendo os produtores da “política” das grandes empresas torrefadoras e *tradings* (FREDERICO, 2013).

Se considerarmos a instabilidade do mercado de café, que passa a ser controlado por grandes corporações, sobretudo a partir da década de 1990, quando diminui a participação dos cafeicultores no preço final do café, ao mesmo tempo há um aumento do consumo da bebida com a proliferação das redes de cafeterias nos países consumidores e nos últimos anos no Brasil. Daviron e Ponte (2005, p. 260) falam do “*paradoxe du café*” visto que “entre 1989-1990 et 1994-1995, la part du revenu total perçue par les producteurs s’affondra à 13% alors que celle retenue par les pays consommateurs grimpa à 78%”.



Nesse sentido, não propomos a saída dos pequenos produtores do mercado convencional, mas sim o incentivo a modos de troca e circulação de mercadorias de forma mais justa e solidária, que beneficie tanto os produtores quanto os consumidores.

Além das formas alternativas de comercialização, a PAC se configura em uma importante política pública direcionada ao espaço rural francês. Assim, abordaremos no próximo tópico essa política e suas contribuições aos produtores rurais franceses.

3 CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DOS MIDI-PYRÉNÉES E A IMPORTÂNCIA DA PAC PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Antes de apresentar os resultados da PAC nos Midi-Pyrénées é relevante destacar as diferenças do processo de descentralização político-administrativa na França, bem como o protagonismo que passam a exercer tanto os departamentos quanto as *communes*³ que contam com um fundo próprio para a operacionalização das políticas públicas.

Herança do período jacobino, a França até os anos de 1980 era considerada um país centralizado. Somente após os anos 1980 ocorreu uma desconcentração da administração e descentralização territorial do Estado francês, traduzindo, assim, reivindicações regionais em nome do princípio da democracia local, da criação de estruturas institucionais ligadas à escala regional, e construção das competências locais (dos departamentos e *communes*) (BERRIET-SOLLIEC, 2002).

A lei de descentralização, instituída em 7 de janeiro de 1983, define a independência do Executivo local, reconhece a região como entidade política e rege a intervenção econômica e social das administrações locais, atuando de forma a organizar a transferência das competências do Estado para elas (AUBERT et al., 2002).

Essas medidas de transferência de responsabilidade aos governos locais se inserem em um movimento geral no contexto da União Europeia, embora existam diferenças substanciais entre os países, devido à sua estrutura institucional.

Na França ocorreu um reforço das coletividades locais com a emergência de formas regionalizadas de intervenção. Com iniciativa do Ministério da Agricultura e colaboração do INRA-ENSA⁴ de *Montpellier*, no início dos anos 1990 os recursos públicos vindos dos departamentos e regiões passam a ser indexados de maneira precisa (BERRIET-SOLLIEC, 2002). Conforme a autora:

³ A *commune* é a menor unidade administrativa na França, dirigida por um prefeito (*maire*) e uma câmara legislativa (AUBERT, F. et al., 2002).

⁴ Em janeiro de 2015 ocorreu uma reforma administrativa na França, com o agrupamento de algumas regiões, entre elas as de Languedoc-Roussillon e Midi-Pyrénées que a partir da reforma passam a formar a Região Languedoc-Roussillon-Midi-Pyrénées abrangendo 13 departamentos, a mais populosa da França metropolitana. Portanto, parte dos dados está disponível nessa nova regionalização.



Eles são anexados ao projeto de orçamento anual dedicado à agricultura, permitindo medir o esforço público global da nação para a agricultura, independentemente do nível administrativo e da origem dos fundos (europeu, nacional, regional ou departamental) (BERRIET-SOLLIEC, 2002, p. 54).

Diferente do Brasil, onde o processo de descentralização foi marcado pelas transferências de responsabilidades da União para as demais escalas da administração pública, na França, as regiões e departamentos dispõem de fundos próprios (devido ao aumento dos impostos locais) para gerir e operacionalizar tais políticas.

A intervenção das regiões, departamentos e *communes* se organizam a partir de quatro proposições principais:

- supressão das tutelas administrativas, financeiras e técnicas do Estado;
- transferência de executivos departamentais e regionais;
- ampliação das possibilidades de intervenção econômica;
- novas definições das atribuições das regiões e partição dos serviços entre o Estado e os departamentos (BERRIET; SOULLIEC, 2002, p. 55).

Em relação à agricultura, os departamentos podem definir suas prioridades de intervenção e implementar políticas agrícolas, com a condição de que respeitem os regulamentos nacionais e europeus (BERRIET-SOLLIEC, 2002).

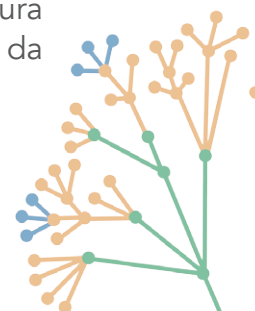
Isso porque na escala macro a PAC assume grande relevância, dado o histórico europeu e francês de intervencionismo estatal no setor agropecuário. Foi criada com a finalidade de garantir o abastecimento regular de alimentos, sustentar a renda dos agricultores e fixar a população no campo.

A região dos Midi-Pyrénées⁵ tem a população total de 2.954.157 habitantes conforme os dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee)* referentes ao ano de 2013. Abrange oito departamentos, 22 *arrondissements*, 293 *cantons* e 3.019 *communes*, sendo a cidade de Toulouse a capital regional com 441.802 habitantes. No Departamento de *Haute-Garonne* a população é de 1.186.330 habitantes.

Destaca-se pelo elevado número de propriedades rurais, possuindo no total 72.496 unidades. Os dados do Ministério da Agricultura francês demonstram que as propriedades com até 20 hectares são predominantes na região, representando 46,2% do total, enquanto 31,1% das propriedades possuem 50 hectares ou mais e 22,7% possuem entre 20 e 50 hectares.

Conforme os dados apresentados na Figura 1 (anterior à reforma territorial que fundiu em 2016 as duas regiões supracitadas) e baseado no último recenseamento agrícola de 2010, a região dos Midi-Pyrénées apresenta uma agricultura diversificada. A viticultura predomina nos departamentos litorâneos a leste da

⁵ *Institut National de la Recherche Agronomique e École Nationale Supérieure Agronomique.*



região. As propriedades especializadas nas grandes culturas encontram-se mais a Oeste (devido à topografia mais plana). No que se refere à produção vegetal, o cultivo de cereais está presente em todos os departamentos, sobretudo em *Haute-Garonne* e *Gers*, os quais são grandes produtores, passando dos 150.000 mil hectares em área de cultivo. As *prairies* (pastagens) artificiais que também estão presentes em todos os departamentos, são semeadas com pelo menos 80% de leguminosas: *luzerne* (alfafa), *trèfle blanc* (trevo branco), *trèfle violet* (trevo violeta), *sainfoin* (sanfeno), *Lotier* (arbusto), etc. e são utilizadas para alimentação animal; já as pastagens temporárias são semeadas com 20% de gramíneas de tipos *ray-grass*, *dactyle*, *fétuque élevée*, *brome*, etc. (AGRESTE, 2010).

As *superfícies toujours en herbe* (STH) designam as áreas com pastagem permanente, que não podem ser substituídas por outro cultivo. Estão presentes na região como um todo, são destinadas à produção de plantas forrageiras para alimentação animal.

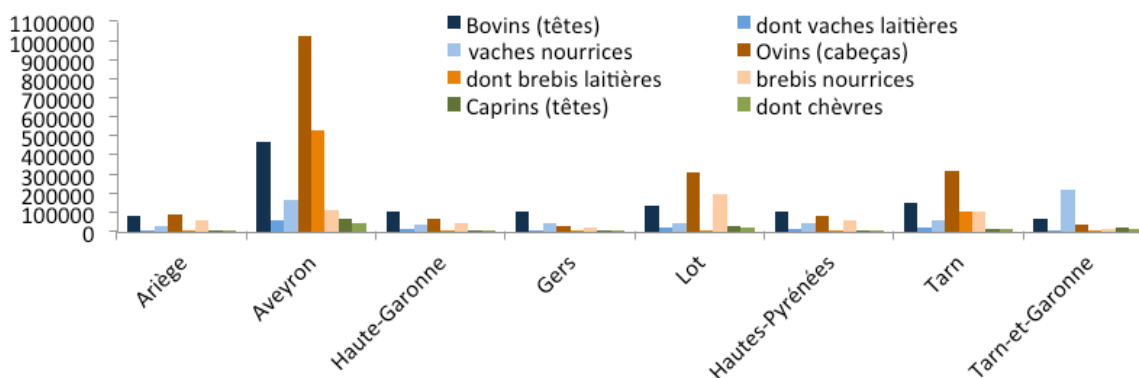


Figura 1 – Produção agrícola, por departamento, na região do Midi-Pyrénées em 2010

Fonte: Estatística agrícola anual 2010.

Destaca-se também no cenário regional os efetivos bovino, ovino e caprino, tendo em vista o expressivo número de cabeças, sobretudo nos departamentos de *Aveyron*, *Lot* e *Tarn*, como pode ser verificado na Figura 2.

No caso de *Aveyron*, especificamente, os dados do último recenseamento de 2010 demonstram a importância da produção animal, se constituindo no departamento com maior valor de produção. Somente a criação de ovinos ultrapassa 100.000 cabeças, ao incluir as ovelhas destinadas à produção leiteira (para a produção do queijo Roquefort), juntas somam um pouco mais de 150.000 cabeças. Já os departamentos de *Lot* e *Tarn* contam com um pouco mais de 30.000 cabeças.



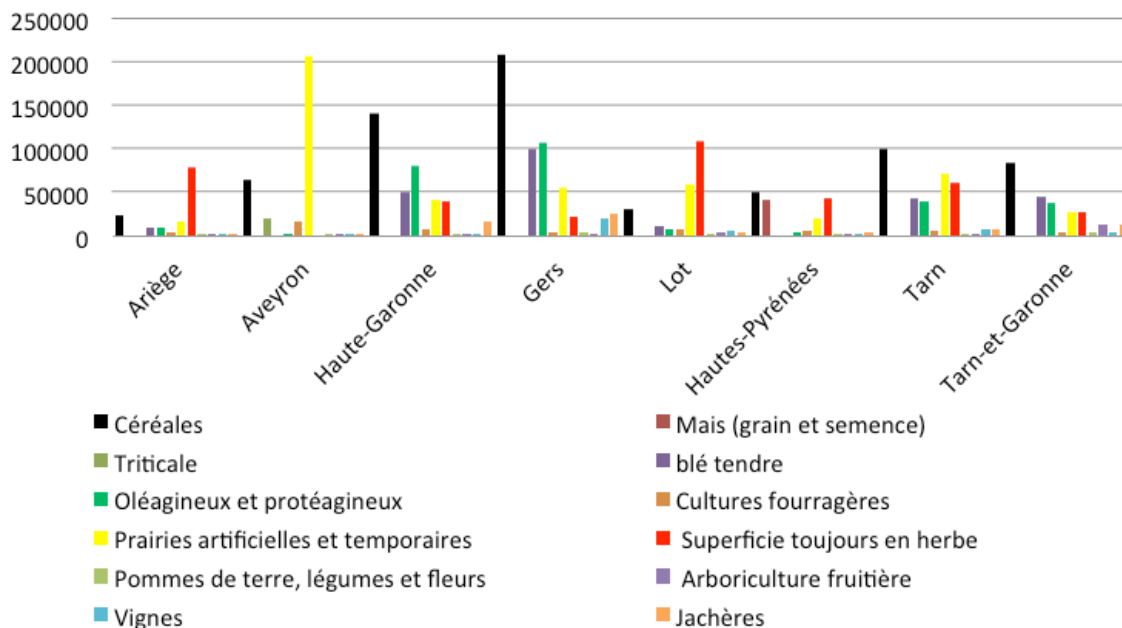


Figura 2 – Efetivo animal, por departamento, na região dos Midi-Pyrénées em 2010

Fonte: Estatística agrícola anual 2010

Apesar do Departamento de *Haute-Garonne* não apresentar tanta expressividade na criação de animais quando comparado aos demais departamentos, essa atividade possui extrema importância para sua economia. Segundo documentos oficiais da *Chambre d'Agriculture* (2015, p. 1), o departamento possui uma superfície de 6.309 km², apresentando um relevo variado, sendo que 42% das áreas são planas, 39% são colinas e 19% são montanhas, assim, "*plusieurs types d'agriculture sont représentés: l'agriculture de montagne, l'agriculture de plaines, de coteaux ou de vallées, enfin, l'agriculture périurbaine, aux portes de Toulouse*".⁶

As áreas de montanha e o sopé dos Pirineus são propícios à pecuária extensiva, contudo, não são solos aráveis; as Colinas de *Gascogne* e de *Volvestre* favorecem a criação bovina. As áreas ocupadas com a pecuária leiteira e de corte ocupam mais de 49.000 hectares. Se considerarmos as grandes e médias propriedades, são mais de 48.000 hectares ocupados com essa atividade.

Na França, os produtores rurais utilizam assistência técnica privada, do Conselho Agrícola Departamental e da Casa da Agricultura. O Conselho Agrícola tem como finalidade assegurar apoio técnico e aconselhamento aos agricultores. Podemos listar como atividades do Conselho: apoio à instalação de jovens que decidam trabalhar na agricultura, investimentos com vista à melhoria e aumento da produção na propriedade, etc.

Segundo Duvernoy (2009, p. 121), o Conselho Agrícola de *Haute-Garonne* "tem a particularidade de ser organizado sobre uma base territorial, por *canton*, por quase 50 anos, provavelmente devido à participação do Conselho Geral com o emprego dos conselheiros agrícolas". Atualmente, a animação territorial está distribuída em

⁶ Vários tipos de agricultura estão presentes: agricultura de montanha, agricultura de planície, de colinas ou de vales e, enfim, agricultura periurbana em Toulouse.



quatro setores: *Lauragais, Nord Toulousain, Volvestre-Vallées e Comminges*, com uma rede de 26 conselheiros agrícolas (CONSEIL DÉPARTEMENTAL, 2015).

O conselheiro normalmente acompanha as atividades que são desenvolvidas na propriedade, realiza um diagnóstico de avaliação das atividades agroindustriais, além de acompanhar projetos de instalação, conversão à agricultura orgânica e inserção nos circuitos curtos de comercialização (CONSEIL DÉPARTEMENTAL, 2015).

As Casas da Agricultura são estabelecimentos públicos que representam os atores do mundo agrícola⁷, sendo esses produtores rurais, proprietários, funcionários, grupos profissionais, etc. Os serviços realizados consistem em informar, formar e aconselhar os agricultores, propor projetos de inovação e acompanhar projetos estruturantes de promoção da agricultura. Em entrevista, o vice-presidente da Casa da Agricultura afirma que essa instituição tem um duplo papel:

Temos uma dupla função, de representação da profissão agrícola, de intermediação entre o governo departamental, nacional e a prefeitura, além das atividades de consultoria econômica direcionada aos agricultores para que se tornem cada vez mais competitivos, melhorando os rendimentos. Há uma parte dos técnicos da Casa da Agricultura que prestam assistência técnica com objetivo de melhorar o desempenho dos agricultores, seja nas atividades agrícolas ou na criação de animais. Então temos duas missões: uma de representação e outra de assistência técnica (entrevista realizada em janeiro, 2016).

As ações da PAC também são importantes para a valorização do campo, não somente em *Haute-Garonne*, mas na França como um todo, onde mais de 350.000 propriedades foram beneficiadas, recebendo mais de 8 bilhões de euros em subvenções da PAC em 2011 (AGRESTE, 2013).

Em entrevista, o vice-presidente da Casa da Agricultura relata a importância dessa política pública para o sucesso da agricultura na França, sobretudo para os agricultores de *Haute-Garonne*. Segundo o entrevistado:

Cada agricultor recebe em média 15.000 euros de subvenções da PAC, o rendimento médio dos agricultores de *Haute-Garonne* é de 10.000 euros por ano. Sem a PAC, eles não teriam renda, não haveria agricultores no departamento de *Haute-Garonne*. É realmente um grande problema para a agricultura francesa (entrevista realizada em janeiro de 2016).

A partir do trecho extraído, verifica-se a dependência do departamento em relação às subvenções dessa política, já que mais de 50% do rendimento total é proveniente da PAC.

Essas ajudas são (em sua maioria) dissociadas, ou seja, não vinculadas com o índice de produtividade, "são calculadas com base na superfície agrícola cultivada e no número de animais existentes na propriedade" (AGRESTE, 2013, p. 3).

Uma produtora de vinhos relata, em entrevista, o descontentamento em relação às subvenções diretas da PAC:

⁷ De acordo com o Insee, o salário mínimo na França no ano de 2015 correspondia a 1.135,99 euros.



Sou contra, porque eu acho que nós deveríamos recompensar aqueles que trabalham bem, pagando por seus produtos. Percebemos que comparado ao período anterior, a PAC atualmente tem favorecido os agricultores que não produzem bem (entrevista realizada em novembro, 2015).

Na região dos Midi-Pyrénées foram recenseadas 47.619 propriedades rurais, no ano de 2010, das quais 40.353 receberam 840 milhões de euros do segundo pilar da PAC.

A partir da Figura 3 e da Tabela 1 que o acompanha é possível verificar as subvenções direcionadas à região em milhões de euros, com destaque para as subvenções do primeiro pilar que é maior entre os departamentos franceses.

As subvenções do segundo pilar objetivam manter o dinamismo socioeconômico dos territórios rurais e incentivar as atividades pluriativas. O Departamento de *Aveyron* foi o que mais recebeu recursos da PAC, tendo sido aproximadamente 154 milhões de euros do primeiro pilar e 77 milhões de euros do segundo pilar.

O Departamento de *Gers* também se destaca nas subvenções do primeiro pilar, 132 milhões de euros em subvenções, enquanto que o *Haute-Garonne* foi o terceiro departamento que mais recebeu subvenções da PAC sendo 101 milhões de euros do primeiro pilar e quase 9 milhões de euros do segundo pilar. As subvenções totais do segundo pilar somam 174 milhões de euros dadas as condições naturais e as atividades de turismo rural.

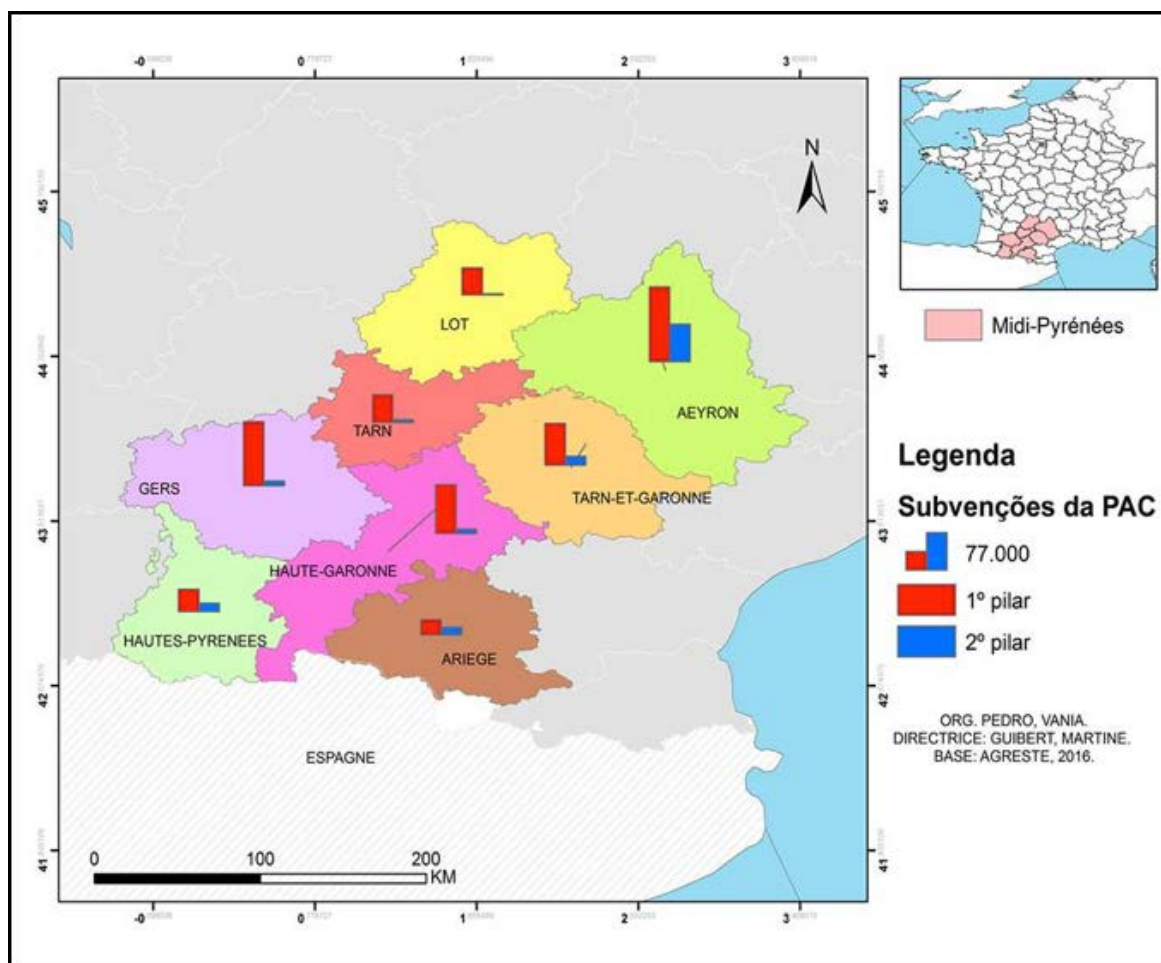


Figura 3 – Subvenções da Política Agrícola Comum (PAC) em 2013 por Departamento

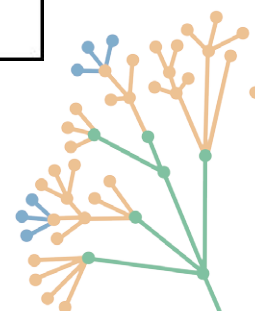


Tabela 1 – Subvenções da Política Agrícola Comum (PAC) em 2013 por Departamento

Subvenções da PAC em 2013 (milhões €)	Total do 1º Pilar	Total do 2º Pilar
Ariège	31 623	15 658
Aveyron	154 020	77 203
Haute-Garonne	101 885	8 893
Gers	132 326	10 049
Lot	55 882	21 159
Hautes-Pyrénées	46 530	17 490
Tarn	86 554	18 258
Tarn-et-Garonne	56 956	5 503
Total	665 777	174 213

Fonte: ASP. Agreste Midi-Pyrénées. Org: Vania C. S. Pedro

Nos Midi-Pyrénées, dos beneficiários totais (do primeiro e segundo pilar), 80% são concedidos aos pequenos produtores rurais e concentram 60% das subvenções. De acordo com dados oficiais da PAC na região:

As pequenas propriedades representam 39% dos beneficiários de subsídios da PAC de 2010 e recebem 11% do montante total. Para as grandes propriedades, majoritariamente sobre formas societárias, que representam apenas um quinto da força de trabalho, foram alocados 40% dos 840 milhões de euros pagos a região dos Midi-Pyrénées (AGRESTE, 2013, p. 7)

Outro fato que demonstra a concentração das subvenções, 20% dos beneficiários receberam 50% dos auxílios. Em 2010, 32.543 propriedades (80% da amostra) partilharam metade dos subsídios da PAC, 10% receberam quase 270 milhões de euros de auxílio, um terço do valor total pago na região. Entre estes, 27% são especializados na produção de cereais e oleaginosas, 24% na bovinocultura de corte e 23% na criação de ovinos e caprinos (AGRESTE, 2013). As propriedades que são especializadas em grandes culturas dominam, tanto em termos de quantidade quanto do total recebido, de modo que, sobre as 40.353 propriedades recenseadas, um terço, ou seja, 13.443 receberam um montante de 228 milhões de euros, 90% dos direitos de pagamento único – DPU (AGRESTE, 2013).

Ao aprofundar as informações sobre as propriedades especializadas, verifica-se que mais de um terço está envolvida com a bovinocultura de corte, 18.185 propriedades receberam um montante total que ultrapassa 70% das subvenções do primeiro pilar.

Pensando essa questão na escala europeia, dos países membros, no ano de 2009, quatro nações concentraram 58% dos fundos da PAC: a França (20%), a Alemanha (14%), a Espanha (13%) e a Itália (11%).



Essa repartição desigual se deve a alguns fatores, entre eles a importância agrícola dos países em termos de área dedicada ao cultivo de cereais, oleaginosas e criação de animais (critérios históricos para alocação de apoios diretos); a especialização produtiva, uma vez que os setores produtivos não são apoiados de modo homogêneo (alguns setores, tais como a horticultura, a jardinagem, a viticultura, a produção de suínos e de aves possuem pouco ou nenhum subsídio), de acordo com Chatellier e Guyomard (2011).

A reforma do período 2014-2020 parece tentar coibir essa prática de concentração dos recursos, dado que os níveis de apoio serão reduzidos em relação às propriedades. Segundo Chatellier e Guyomard (2011), os agricultores dos Estados (incluindo a França) que recebam subvenções diretas por hectare superiores à média serão penalizados. Assim, fica estabelecido que “o subsídio por hectare de uma propriedade não poderá ser inferior a 60% do subsídio médio pago até 2019 dentro da mesma área administrativa ou agrícola” (AGRESTE, 2013, p. 4). Além do fato de que cada Estado-membro não poderá receber menos que 75% da média comunitária. Os Estados-membros terão o direito de utilizar um pagamento de redistribuição para os primeiros hectares, por meio da dedução de 30% do seu orçamento nacional. Essa medida é direcionada, sobretudo, às pequenas propriedades.

Apesar da repartição desigual dos subsídios, a PAC se constitui em uma política pública fundamental para a permanência dos pequenos agricultores no campo. Além da PAC, o governo francês a partir de 2009 também tem estimulado a expansão de novas formas de comercialização, como os circuitos curtos de proximidade que valorizam a produção local.

4 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Alimentamo-nos bem? Uma interrogação que nos faz refletir sobre uma infinidade de questões que envolvem as grandes cadeias alimentares, os pequenos produtores rurais, a trajetória percorrida pelo alimento até chegar a nossa mesa, os tantos elementos químicos adicionados aos alimentos, as políticas que são desenvolvidas ou a falta delas para garantir o apoio aos sujeitos que buscam uma via alternativa às grandes cadeias. A importância da união entre os diferentes campos da geografia permitem-nos compreender o domínio do agronegócio nas cadeias alimentares, deixando à margem as pequenas propriedades que produzem alimentos e buscam formas alternativas de comercialização.

Uma análise da inserção da agricultura francesa no setor industrial e de serviços deixa evidente como a integração ao mercado, a adoção desigual de novas tecnologias e a baixa dos preços dos produtos agrícolas levam à pauperização dos trabalhadores rurais e ao êxodo rural (CHIFFOLEAU, 2012). Com potencial para alavancar essa situação, destaca-se a expansão de oligopólios agroindustriais, que limitam a capacidade de atuação dos pequenos produtores rurais, assim como as políticas agrícolas que acabam por privilegiar os “setores mais competitivos”.



Chiffolleau (2012) constatou, com base em trabalhos de campo, que no início dos anos 2000, 22% dos produtores rurais na França viviam em situação de pobreza e 40% das famílias obtinham rendimentos inferiores a um salário mínimo⁶. A análise de situações individuais mostra que a exclusão é interna à profissão agrícola e atinge em maior grau as propriedades “não profissionais”, pequenas em termos de área, no contexto da modernização da agricultura.

Esse processo é resultado, segundo Darolt (2013), de uma forte concentração de propriedades e especialização dos sistemas de produção, sobretudo nas últimas décadas do século XX, momento em que os agricultores trabalhavam para atender prioritariamente às grandes redes agroindustriais. Por sua vez, Darolt (2013, p. 140) argumenta que:

O comércio massivo para a grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores.

Esse processo passa pelas escolhas políticas de cada país, sendo influenciado fortemente pelo mercado mundial, sobretudo pelas grandes empresas de produtos alimentares que acabam por exercer seu controle no comércio, transformação e venda de produtos.

Nesse sentido, o modelo de consumo baseado na compra de produtos locais vai sendo substituído pelo consumo de alimentos “deslocalizados”, industrializados e tecnificados, em uma lógica que prioriza os preços e não a qualidade ou a origem dos alimentos, nem a forma como estes são produzidos.

Por outro lado, a falta de investimento na profissionalização dos agricultores, nos serviços e infraestrutura para a comercialização em circuitos curtos, debilita a agricultura de pequena escala, ao mesmo tempo em que se verifica a homogeneização das paisagens rurais, bem como uma padronização das cadeias produtivas.

Para Gelbcke e Silva (2013) a construção de novas formas de comercialização, que muito se diferenciam das dominantes, foi a maneira com que os lugares ou territórios encontraram para fugir das normas rígidas do sistema. Propiciam uma relação mais estreita entre a sociedade e a natureza, assimilam setores sociais caracterizados pela economia familiar e por pequenas empresas, promovem a segurança alimentar em escala local/regional, favorecem o vínculo direto entre produtor e consumidor, além de responder às demandas de mercado.

Segundo Bouroullec (2015), a origem desses circuitos está relacionada a sistemas antigos, mas que sofrem novas reconfigurações graças ao progresso tecnológico e às novas formas de governança.

O conceito de circuitos curtos em sua forma atual surgiu no Japão no ano de 1965, quando um conjunto de mães preocupadas com a industrialização da agricultura,



bem como o uso intensivo de produtos químicos, fundaram as primeiras alianças – *teikei* – em que os pequenos produtores firmavam o compromisso de produzir alimentos limpos (CEPAL, 2013).

Esses contratos solidários inspiraram outras experiências no mundo, no mesmo período criaram-se propriedades comunitárias na Suíça denominadas “*food guilds*”, nos Estados Unidos e Canadá tem início a “*community supported agriculture*”. Na Itália formaram-se organizações conhecidas como “*gruppi di acquisto solidale*”.

Em países da América Latina é visto como alternativa de escoamento da produção para além dos mercados tradicionais, dominados muitas vezes pela agricultura de larga escala. Emergem, sobretudo, relacionados a mercados ecológicos e orgânicos, a título de exemplo, as “*lojas y cuencas*” no Equador, ou o “*Jalisco y Xalapa* no México”. No Brasil a Cepal cita os mercados de compra pública como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra alimentos produzidos pela agricultura familiar. Esses alimentos são distribuídos a pessoas e famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a escolas, entidades de assistência social, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, etc.

Uma pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mostrou sinais de crescimento da comercialização em circuitos curtos, tendo sido identificadas 140 feiras ecológicas certificadas nas 27 capitais brasileiras (DAROLT, 2013). O estudo aponta ainda que onde a agricultura familiar está presente as vendas diretas são mais pronunciadas.

Na França esse conceito foi impulsionado a partir de 2002, por meio das *Associations pour le maintien d’une agriculture paysanne (Amap)*, que trabalham de forma autônoma em relação ao Estado, uma parceria entre produtores e consumidores (CEPAL, 2013), como também os distribuidores de produtos agrícolas e as plataformas de comercialização de produtos locais.

As Amaps são sistemas de produção e distribuição direta entre o agricultor e o consumidor. Um produtor oferece semanalmente a um conjunto de consumidores membros da associação uma cesta de produtos, sendo que a composição depende da sazonalidade da produção (LAMINE, 2008).

A partir de 2009 o Estado francês passou a definir circuitos curtos como [...] “Formas de venda direta que mobilizam de 0 a 1 intermediário entre o produtor e o consumidor, permitindo a participação de novos atores sociais, incluindo as coletividades que procuram organizar o encontro entre oferta e demanda.” (CHIFFOLEAU, 2012, p. 88).

Os circuitos curtos representam “uma resposta à crescente demanda pelos produtos do terroir, que resgatam a tradição, a autenticidade, retomando o elo social entre consumidor e produtor” (CHIFFOLEAU, 2012, p. 90).



Representam também uma forma de realocação do pequeno produtor na cadeia produtiva, onde ele evidentemente encontra-se em uma posição desfavorável em relação aos grandes produtores mais tecnificados e especializados. São vistos também com grande potencial para o desenvolvimento sustentável, uma vez que do ponto de vista econômico observa-se “[...] A valorização dos produtos locais, a manutenção e/ou geração de emprego, mesmo em propriedades agrícolas nas zonas periurbanas. Do ponto de vista social, são reforçadas as relações de cooperação entre os atores” (BOUROULLEC, 2015, p. 3). Além da questão econômica, Bouroullec (2015) enfatiza melhorias nos níveis sociais e ambientais.

Outro argumento que favorece o incentivo aos circuitos curtos ou de proximidade se refere à segurança alimentar, tendo em vista que estes podem contribuir para a melhoria da nutrição das populações em locais periféricos. No mais, os circuitos também seriam úteis para a diversificação da dieta, já que essas regiões não se interessam pela grande distribuição, dada sua limitada capacidade de assimilação das economias de escala, mas, sim, optam pela diversificação dos produtos produzidos (SILVA, 2008). Conforme este mesmo autor:

Um adequado funcionamento dos circuitos curtos favoreceria, por um lado, o aumento das quantidades ingeridas, considerando o aumento da produção para o autoconsumo e na capacidade de aquisição por parte das famílias, isto é, preços mais acessíveis devido à combinação entre o aumento da oferta regional e a retirada do valor acrescentado extra regionalmente (SILVA, 2008, p. 4).

Diversas tipologias foram elaboradas com o objetivo de classificar e/ou entender do que se trata o circuito curto. Renting et al. (2003) *apud* Cepal (2013) o compreendem como a relação direta entre produtores e consumidores, circuitos de proximidade, com uma distância geográfica delimitada. Outros autores entendem os circuitos curtos delimitando um número máximo de intermediários ou em razão das relações sociais que são estabelecidas ao longo do circuito.

Os autores que abordam essa questão na França normalmente consideram três critérios principais para definir os circuitos curtos: 1 - o número de intermediários (deve ter no máximo um intermediário) e o sistema de venda direta (sem intermediário); 2 - o caráter individual ou coletivo do sistema de venda; 3 - a distância entre produção, venda e consumo.

Para Darolt (2013), o termo “circuitos curtos” possui uma definição institucional muito útil, mas na prática é discutível, tendo em vista que um supermercado local pode comprar diretamente de um produtor, mas sem oferecer uma comercialização justa. É por isso que os termos “circuitos locais” e “circuitos de proximidade” têm sido utilizados com frequência, reforçando a proximidade geográfica, relacional e social entre produtor e consumidor.

A Figura 4 retrata a diversidade existente de circuitos curtos, podendo esta ser individual ou coletiva.



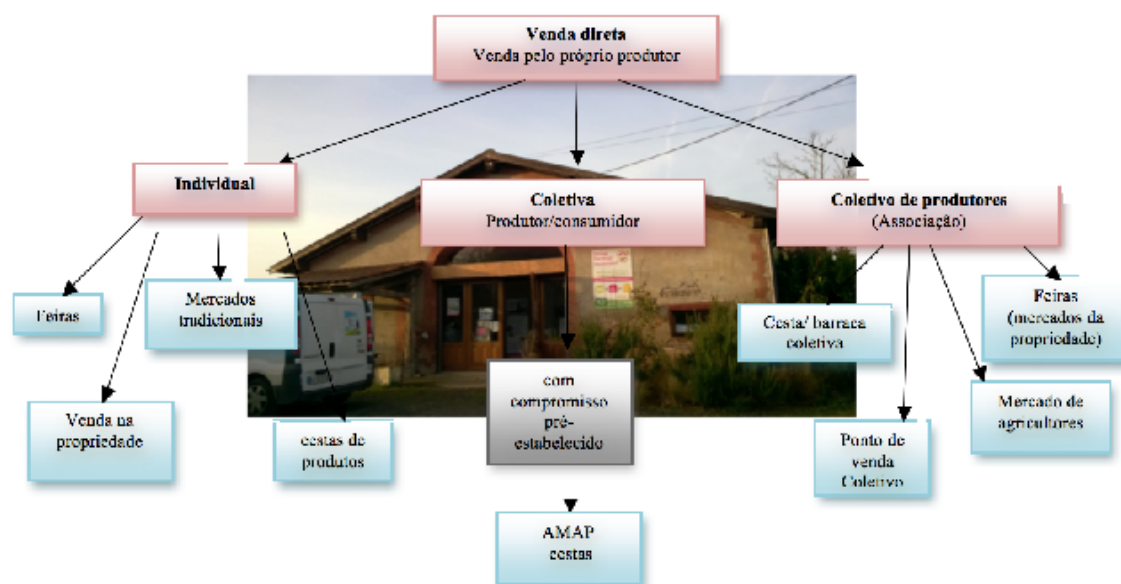


Figura 4 – Diversidade de circuitos curtos

Fonte: Formas de circuitos curtos de comercialização na agricultura. Arquivo fotográfico da autora.

Constate-se um aumento no interesse pelos circuitos curtos na França, em virtude de se constituir em alternativa para a diversificação da produção agroalimentar, além da propiciar

Com o objetivo de responder ao crescente interesse, o Ministério da Agricultura na França traçou um plano de ação ainda em 2009, cujas primeiras ações consistiram em financiar um conjunto de estudos para conhecer o perfil e as competências que os produtores rurais deveriam adquirir para integrar-se nesses circuitos e, de outro lado, aconselhar/recomendar possíveis consumidores sobre a importância de adquirir produtos locais.

Desenvolveram-se medidas de apoio à incorporação dos agricultores em circuitos curtos, isto é, foram elaboradas referências técnico-econômicas que permitiam avaliar a viabilidade dos projetos de circuitos curtos e, por fim, foram desenvolvidas ações com vistas a melhorar a capacidade de transformação, comercialização e gestão, sobretudo associativa dos atores locais (CEPAL, 2013).

Do outro lado, com o objetivo de alavancar o consumo de alimentos locais, o Ministério da Agricultura construiu uma plataforma de capacitação dirigida ao setor dos restaurantes. Como resultado dessas medidas, o último censo agrícola da França (em 2010) mostrou que 21% do total das explorações agrícolas vendiam sua produção em circuitos curtos, cujo tamanho das propriedades são menores que a média nacional – 20 hectares contra 55 hectares. Os principais produtos comercializados são o mel (51%), as hortaliças (46%), as frutas (26%), aves e ovos (10%) e produtos lácteos (8%) (CEPAL, 2013).



Do mesmo modo, os principais canais de comercialização em circuitos curtos são a venda direta na propriedade (48%), em feiras livres (18%), nas feiras campestres ou em pontos associativos (5%), enquanto que a venda através da *internet*, restaurantes, coletividades locais e supermercados representam 8% do total (CEPAL, 2013).

Esses dados da Cepal evidenciam os limites da PAC em relação a determinados estratos (pequenas propriedades rurais), pois diante dos dados apresentados na seção anterior, houve concentração de recursos para as grandes propriedades em detrimento das pequenas, levando esses produtores a vender sua produção nos circuitos curtos de comercialização. Coincidentemente, os principais produtos comercializados pelos pequenos produtores são os mesmos que recebem menos subvenções da PAC, com exceção dos produtos lácteos.

Do ponto de vista do volume produzido e comercializado, é importante frisar que essas formas de comercialização são pouco expressivas no sistema alimentar. Sua integração à economia capitalista é resultado das dinâmicas locais e regionais, as quais são incapazes de exercer domínio nos grandes fluxos – nacionais e internacionais – de mercadorias que atravessam o espaço global. Para Silva (2008) esse é um limite claro para sua realização e perspectivas evolutivas.

Em termos de potencial, esse tipo de comercialização é favorável ao produtor rural ao garantir uma economia de custos – transportes e venda em plataformas virtuais – e a criação de valor de ativos imateriais (marca, valorização de produtos locais, autenticidade e elo social) como salienta Chiffolleau (2010).

4.1 O CASO DO DRIVE-FERMIER TOULOUSAIN

A Casa da Agricultura acompanha os produtores do *Haute-Garonne* que desejam comercializar nos circuitos curtos, bem como desenvolver o agroturismo em suas propriedades. De acordo com os documentos da *Chambre d'Agriculture* (2015, p. 1) as motivações dos produtores podem ser múltiplas:

- Envolver-se com a dinâmica local;
- Maior controle da produção até o produto final;
- Partilhar o saber;
- Fazer diretamente com os clientes;
- Agregar valor aos produtos e renda complementar aos agricultores.

Além das formas tradicionais ainda muito presentes em *Haute-Garonne*, novas alternativas de comercialização têm surgido, tais como: lojas coletivas de produtos agrícolas (em torno de 14), cestas de produtos e plataformas de produtos locais.

Essas ferramentas respondem às novas demandas dos consumidores, que passam a compreender a importância da qualidade e da rastreabilidade dos produtos. A



integração nos circuitos curtos possibilitam melhores rendimentos, além de gerar novos empregos. (CHAMBRE d'AGRICULTURE, 2015, p. 2).

O agroturismo em *Haute-Garonne* abrange um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no espaço rural geralmente classificadas em três grupos: gastronomia, lazer e hospedagem.

Essas novas formas de consumir o espaço rural estão presentes em toda a França. No caso do Departamento de *Haute-Garonne*, com a finalidade de incentivar essas práticas e melhorar o rendimento das pequenas propriedades, são desenvolvidas ações de marketing para valorizar os produtos locais. Com o apoio da Casa da Agricultura foi criada uma plataforma "*Bienvenue à la Ferme en Haute-Garonne*" na qual constam todas as informações relativas ao agroturismo, as propriedades cadastradas, a venda de produtos, as possibilidades de hospedagem, as lojas de produtores, etc.

Com o objetivo de conhecer uma das modalidades de circuito curto, durante o período de pesquisa na França, estudamos o *Drive-fermier Toulousain*, que se constitui em uma loja virtual de venda de produtos organizada por produtores rurais.

De acordo com Bouroullec (2015), os *drivers-fermiers* são estruturas coletivas que visam atender o consumidor final por um sistema de venda em circuitos curtos. São plataformas virtuais e, diferentes dos mercados e lojas dos produtores rurais, as compras e pagamentos são feitos pela *internet*, de forma que as entregas e encontros entre produtores e consumidores acontecem nos pontos de distribuição.

Existem cerca de 200 plataformas de *drivers-fermiers* em todo o país. Estão cadastrados no *Drive-fermier Toulousain* cerca de 50 produtores rurais, de acordo com o vice-presidente da Casa da Agricultura:

Participam 50 produtores, eles são pequenos, médios, em sua maioria são pequenos, privilegiam o valor acrescentado dos seus produtos em detrimento do tamanho da propriedade, ganhar mais dinheiro do que ter muitos hectares, em razão do que eu te disse no início, o hectare custa caro aqui (entrevista realizada em janeiro, 2016).

Os produtores veem no *drive-fermier* uma possibilidade de comercialização mais justa, pois a venda direta elimina o intermediário. Em entrevista uma produtora relata a vantagem de participar dessa plataforma:

Eu comercializo vinho e eu acho que é um bom negócio para o produtor porque se os consumidores quiserem, eles terão os seus produtos às sextas-feiras. Não há intermediários, produtos diretos, essa é a vantagem (entrevista realizada em dezembro, 2015).

Em outra entrevista, quando questionada sobre o principal problema em relação à comercialização da produção, a produtora ressalta a impossibilidade dela mesma decidir sobre o preço dos produtos:



Nós não podemos dar o nosso preço, são os compradores que colocam o preço, não nós, com relação ao vinho são os negociantes que vão dizer: este ano vou pagar tanto, vocês estão de acordo ou não? Não é o *drive*, com relação ao *drive*, somos nós que damos o preço, por isso que é bom. A garrafa de vinho aperitivo custa 9,50 euros e o Armagnac 30 euros. Com relação aos cereais é a cooperativa que dá os preços. Esse é o principal problema (entrevista realizada em janeiro, 2016).

O *drive* deve propor entregas semanalmente e oferecer produtos variados (legumes, frutas, carnes e produtos lácteos), geralmente com o que é produzido conforme as estações do ano. No caso do *Drive-fermier Toulousain*, o consumidor pode fazer a compra do produto semanalmente, para receber os produtos na sexta-feira seguinte, os clientes têm até terça-feira à noite para fazer sua compra, pagar e indicar o local de retirada. Em Toulouse estão a disposição dos consumidores cinco pontos de distribuição do *Drive-fermier Toulousain*.

Com base nas entrevistas e leitura realizadas, podemos afirmar que os novos canais de comercialização são muito importantes para os pequenos produtores rurais, uma vez que eles dispõem de pequenas áreas de terra. Verifica-se também a criação de diferentes formas de distribuição (cestas diversificadas, feiras de produtores, lojas virtuais, vendas na propriedade, etc.), as quais devem ser acompanhadas e constantemente avaliadas, para que sejam garantidos os princípios de equidade, solidariedade e sustentabilidade (DAROLT, 2013).

Do outro lado, os consumidores cada vez mais buscam produtos com preços mais justos, produtos de época que ressaltam as características locais (sobretudo na França) e o cuidado com a paisagem. Nesse contexto, as políticas públicas podem contribuir no sentido de divulgar a importância dos produtos locais e ao mesmo tempo cuidar para que a equidade, a solidariedade e a sustentabilidade sejam mantidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PAC se configura em uma importante política pública para o setor agropecuário europeu, principalmente para a França. Os dados de fonte secundária, e mais especificamente do último recenseamento agrícola, mostraram que as subvenções da PAC se concentram em determinados estratos de áreas e produtos considerados estratégicos, entre eles os cereais, a carne bovina e o leite, levando à especialização produtiva de algumas regiões.

Assim, a última reforma proposta, com vigência para 2014-2020, pretende amenizar essas distorções, além de efetivar os recursos voltados às ações que visam preservar o meio ambiente por meio dos dispositivos de “pagamento verde”.

Um aspecto relevante da PAC que não encontramos nas políticas públicas do Brasil refere-se à sua continuidade (tem mais de 50 anos) e flexibilidade diante das



diferenças regionais e a possibilidade de incorporar novos elementos ao longo dos anos.

Em relação aos circuitos curtos, podemos perceber que diante de duas realidades distintas, uma desenvolvida e outra em vias de desenvolvimento, se tem a emergência de alternativas de comercialização muito próximas ou parecidas, mas em diferentes graus de desenvolvimento. Na França, encontramos experiências de circuitos curtos mais consolidadas, com papel importante do poder local (que atua nas duas pontas do circuito), da tecnologia, do marketing, além de consumidores mais conscientes, maior valorização dos produtos do território e do produtor rural. E de certa forma existe um apoio forte do governo.

É possível citar como exemplo as Amaps, as lojas de produtores rurais na cidade de Toulouse e, sobretudo, o *Drive-fermier Toulousain*, uma modalidade de circuito curto de venda direta virtual que possibilita maiores ganhos aos seus participantes, ao eliminar o intermediário, além de garantir maior autonomia ao pequeno produtor rural. Assim, os pequenos produtores têm a possibilidade de inserir os seus produtos em diferentes canais de comercialização.

No Brasil os circuitos curtos estão relacionados a feiras de agricultores familiares, com a oferta de produtos diferenciados, podendo estes ser orgânicos ou agroecológicos, só que em um viés mais econômico, de alternativa de renda.

No caso do estado de São Paulo, com a tentativa de corrigir as disparidades entre agricultura empresarial e familiar, ou ainda de tornar o agricultor familiar mais competitivo, foi instituído o Projeto Microbacias II, com investimentos na comercialização e na produção, buscando tornar as associações e cooperativas que agregam agricultores familiares mais competitivas nas cadeias produtivas em que atuam. Não se considera no projeto um agricultor com atividades diversificadas, característica principal da agricultura familiar brasileira. Moderniza-se o processo produtivo, integra o agricultor nas grandes cadeias produtivas, mas este permanece em uma posição inferior em relação às grandes empresas que dominam o sistema agroalimentar. Por isso, defende-se a ideia de que esses recursos sejam direcionados também para impulsionar os circuitos curtos de comercialização, que além de aproximar produtor e consumidor, podem ter impactos econômicos, sociais e ambientais positivos.

Os pequenos produtores encontram-se em posição de subordinação, de desvantagem se comparados aos grandes produtores na cadeia produtiva. Os cafeicultores da ARGB e da Aprupar, diferentemente dos produtores do *Drive-fermier Toulousain*, têm como canal de comercialização apenas os mercados nacional e internacional e, por trabalharem com uma *commodity* agrícola, que os submete a uma lógica global sobre a qual eles exercem pouco ou nenhum controle, encontram-se em uma posição de vulnerabilidade produtiva.⁸

⁸ Devemos ressaltar que além dos agricultores que são organizados e assistidos pelas instituições do Estado, tais como as Casas da Agricultura e Conselho Agrícola, existem outros agricultores/produtores rurais que por uma posição político-ideológica, não se utilizam dos serviços técnicos do governo francês em suas propriedades. Paralelo a essa organização existe a *Confédération Paysanne*, sindicato oficialmente fundado em 1987 contra a industrialização da agricultura e o produtivismo agrícola (CONFÉDERATION PAYSANNE, 2012).



Nesse aspecto, o estágio de pesquisa na França foi fundamental, visto que as formas de comercialização alternativa encontram-se em expansão nesse país, sobretudo em circuitos curtos como as lojas de produtores, feiras livres, lojas virtuais e venda direta na propriedade que beneficiam tanto o produtor quando o consumidor, que adquire produtos mais frescos de origem conhecida.

REFERÊNCIAS

AGRESTE. Direction régionale de l'alimentation, de l'agriculture et de la forêt de Midi-Pyrénées. **Aides de la Politique Agricole Commune (PAC) en 2013**. Disponível em: <<http://agreste.agriculture.gouv.fr/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Recensement agricole 2010. **Exploitations par orientation économique (OTEX)**. Disponível em: <http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf_R7311RA01.pdf/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Languedoc-Roussillon Midi-Pyrénées. **Une région au premier plan**. Disponível em: <<http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/R9115A14.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

AUBERT, F.; BERRIET-SOLLIEC, M.; GUÉRIN, M. A intervenção das administrações territoriais francesas no desenvolvimento rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 2002, p. 113-145.

BERRIET-SOLLIEC, M. Décentralisation et politique agricole en France. In: **Économie rurale**, p. 268-269, 2002. Agriculture et politiques publiques en Allemagne et en France, p. 54-67.

BOUROULLEC, M. D. M.; VICTORIA, F. **ATOS**: un outil d'analyse de la durabilité des systèmes agroalimentaires Alternatifs. Disponível em: <<http://www.sfer.asso.fr/content/download/5678/48271/version/1/file/jrсс-2014-machado-bouroullec.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CEPAL. **Agricultura familiar y circuitos cortos**. Serie Seminarios y Conferencias, n. 77, 2013. Disponível em: <www.cepal.org/publicaciones>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CHAMBRE D'AGRICULTURE. **Chambre d'Agriculture de la Haute-Garonne**. Disponível em: <<http://www.chambres-agriculture.fr/accueil/>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. **Chambre d'Agriculture du Gers**. Disponível em: <<http://www.Gers-chambagri.com/>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. **Chambre d'Agriculture de l'Aveyron**. Disponível em: <<http://www.Aveyron.chambagri.fr/>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

CHATELLIER, V.; GUYOMARD, H. Le budget de la PAC et le ciblage des aides. **Revue Projet**, n. 321, 2011, p. 52-59.



CHIFFOLEAU, Y. **Les circuits courts de Commercialisation en Agriculture: Diversité Et Enjeux Pour Le développement durable.** Disponível em: <<http://dmlv.fr/node/703>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CHIFFOLEAU, Y.; PREVOST, B. Les circuits courts, des innovations sociales pour une alimentation durable dans les territoires. **Revue Norois**, n. 224, 2012. Disponível em: <<https://norois.revues.org/4245>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CONFÉDÉRATION PAYSANNE. Disponível em: <<http://www.confederationpaysanne.fr>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CONSEIL DÉPARTEMENTEL. Disponível em: <<http://www.Haute-Garonne.fr/fr/profil/monde-agricole.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

DUVERNOY, I. **Le conseil agricole public dans l'aire urbaine toulousaine:** entre développement sectoriel et territorial. In: COMPAGNONE, C.; AURICOSTE, C.

FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1 p. 97-116, 2013.

GELBCKE, D. L.; SILVA, C. A. da. **A construção socioespacial do sistema alimentar:** um olhar sobre os circuitos curtos de comercialização. Texto apresentado no VII Encontro de grupos de pesquisa (Engrup). ISSN -1983-4861. Rio Claro - 13 a 16 de maio de 2013.

LAMINE, C. **Les Amaps: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?** Gap: Ed. Yves Michel, 2008.

LÉMERY, B. **Conseil et développement en agriculture. Quelles nouvelles pratiques?** Editions Quæ, 2009.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE. **Estatística agrícola anual (Agreste).** Disponível em: <<http://agreste.agriculture.gouv.fr/en-region/languedoc-roussillon-midi-pyrenees/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

NEVES NETO, C. C. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural:** o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria



de Assistência Técnica Integral (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Anexos CATI: São Paulo, 2001.

_____. Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado**. Manual Operacional. 2012.

_____. Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Propostas de Negócio em execução**. 2106.

SILVA, C. A. da. **La configuración de los circuitos “de proximidad” en el sistema alimentario**: tendencias evolutivas. Doc. Anais, n. 54, 2008, p.11-32.

